

A história que ensina e constrói: Reflexões sobre intercâmbios culturais e intelectuais e escrita da história.

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva¹

Resumo: Neste trabalho propomos, a partir de uma relação entre diálogos intelectuais e teoria da história, uma análise sobre escrita da história e tempo histórico. Ao apresentá-la como aquela que ensina e constrói, pensamos o estudo e a escrita da história, entre o final do século XIX e o início do século XX, enquanto parte da compreensão do presente e da construção de prognósticos para o futuro. Partimos de empreendimentos de intelectuais brasileiros e argentinos que objetivavam estudar a história de modo a utilizá-la na pacificação do contexto de guerra nas primeiras décadas do século XX. Utilizando correspondências, acordos internacionais, periódicos e atas de congressos de história, demonstramos como a história, ao estudar o passado, auxilia na explicação do presente e na construção do futuro.

Palavras-chave: História – Tempo Histórico – Diálogos Intelectuais

Abstract: In this paper we propose, starting from a relation between intellectual dialogues and theory of history, an analysis about writing of history and historical time. Presenting it as teaching and building, we reflect about the study and the writing of history, between the end of the 19th century and the beginning of the 20th one, as part of a comprehension of the present and the construction of prognostics to the future. We start from endeavors of brazilian and argentine intellectuals who aimed to study the history using it to pacify the context of war in the beginning of 20th century. Using correspondences, intellectuals conventions, papers and history congresses minutes, we demonstrate how the history, studying the past, helps in the explanation of the present and construction of the future.

Keywords: History – Historical time – Intellectual Dialogues

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Este trabalho faz parte de uma tese de doutorado atualmente desenvolvida na Universidade Federal Fluminense. Nela analisamos a teoria da história através da relação entre intelectuais e categorias do tempo de modo a demonstrarmos a complexidade do tempo histórico que envolve o objeto de pesquisa e o trabalho do historiador. Para isto enfocamos os diálogos intelectuais desenvolvidos entre ex-metrópoles e ex-colônias a partir dos casos do Brasil e de Portugal e da Argentina e da Espanha, além de analisarmos os empreendimentos de intercâmbio cultural e intelectual entre as ex-colônias Brasil e Argentina. Em meio a estas trocas intelectuais focalizamos uma discussão acalorada acerca da escrita da história desenvolvida por estes países entre o final do século XIX e o início do século XX. Nela surge como eixo das preocupações intelectuais a escrita e a resignificação da história, em especial diante da miscigenação e do passado colonial. Num momento de inserção numa esfera intelectual excludente era preciso responder às demandas trazidas por este passado marcado por características que comprometem, no presente, as tentativas de obtenção de reconhecimento e legitimidade diante do outro. Tzvetan Todorov² lembra que a conquista de alteridade encontra-se diretamente relacionada ao pertencimento a um grupo que nos confere legitimidade. Afinal, a legitimidade do nós existe a partir de uma relação com os outros. Processo este que identificamos como já sendo desenhado entre o final do século XIX e o início do século XX por meio da atuação de intelectuais e instituições. Para o desenvolvimento da pesquisa trabalhamos com materiais das missões diplomáticas do Brasil no exterior; atas e correspondências de congressos e conferências internacionais relacionados ao ensino e à escrita da história; acordos internacionais; periódicos; e correspondências trocadas entre intelectuais que atuaram nestes intercâmbios culturais. Estas fontes estão depositadas no Arquivo Histórico e na Biblioteca do Itamaraty, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Biblioteca Nacional; além dos arquivos da Academia Nacional de História Argentina e do Instituto de História do Direito e da Biblioteca Nacional de Buenos Aires.

² TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1989. Sobre a representação de si e a busca de reconhecimento e legitimidade nas sociedades democráticas, cf. HAROCHE, Claudine. *Les paradoxes de l'égalité : les cas du droit à la reconnaissance*. In : KOUBI, G., GUGLIELMI, G., et al. (org.). *L'égalité des chances*. La Découverte, 2000. p. 25-35 e HAROCHE, Claudine. *Des formes et des manières en démocratie*. Raisons Politiques, n. 1, février 2001.

Neste texto procuraremos demonstrar como entre o final do século XIX e o início do século XX a escrita, o estudo e o ensino da história se tornaram pautas fundamentais dos debates intelectuais que envolviam a imagem de país que se pretendia construir. Neste período a história foi vista como capaz de colaborar para a construção do futuro; daí repensá-la, estudá-la e, principalmente, pesquisá-la, o que lhe conferiria validade e credibilidade. Empreendimentos como o *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*, assinado entre Brasil e Argentina, e a formação das *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana e de Autores Argentinos traduzidos ao Português* são exemplos que ilustram esta preocupação. São, deste modo, pretextos que demonstram o papel da história na compreensão do presente e na elaboração de prognósticos de futuro. Focalizada nestes empreendimentos, a história exerceria um importante papel como promotora da integração latino-americana e na construção de uma alternativa pacífica, em especial nas primeiras décadas do século XX, diante dos contextos da Primeira e da Segunda Guerra.

Em artigo do jornal *A Nação* de 1933 os patriotismos são apontados como geradores de conflitos e da desqualificação entre os países latino-americanos. Isto apenas contribuiria para a inimizade e o distanciamento entre eles. Seria necessário trabalhar a formação das futuras gerações a fim de que fosse construído um futuro de paz por meio do conhecimento mútuo de suas histórias. Era preciso conhecer-se e, assim, desenvolver o “espírito fraternal” entre os países latino-americanos. Este seria o mais importante objetivo do *Convênio de Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia*: “(...) queremos que se formem gerações com mentalidade nova, com espírito fraternal, não só no Brasil como em todos os países da América”³ (*A NAÇÃO*, 1933). Num significado ainda mais abrangente, o convênio contribuiria para a construção de diálogos intelectuais que favorecessem o conhecimento mútuo da história e evitassem a guerra. Neste sentido, consideramos haver uma intrínseca relação entre guerras, mais especificamente a Primeira e a Segunda Guerras, e a releitura da história. Fazia-se necessário aprender com as experiências demonstradas pela história para evitar que os mesmos erros fossem repetidos no futuro. Bastaria reconhecer os enganos e equívocos e, a partir de então, traçar caminhos possíveis na construção da paz diante da guerra e de conflitos

³ *Callen personas cuando hablen pueblos*. Artigo do jornal *A Nação*, 11 de outubro de 1933. Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

diplomáticos. Vejamos os argumentos presentes no artigo citado, utilizados para justificar a assinatura do convênio:

A revisão dos textos de ensino de historia e geographia é indispensável. (...) A paz deve existir na consciencia de todos os cidadãos fronteiriços. E esse espirito só pode ser formado pela educação. [grifo nosso]

Ensinando a nossos filhos [grifo nosso] que o limite das nossas fronteiras não está dentro do territorio alheio, não fomentaremos o irredentismo que perturbou e perturbará a vida da Europa. Ensinando a nossos filhos [grifo nosso] os verdadeiros pontos terminaes, do solo da Patria nem por isso enfraqueceremos nelles o espirito nacional. (...)

Ensinando a nossos filhos a verdadeira historia da America do Sul [grifo nosso], que em poucos annos formou Nações de povos livres, deveremos visar principalmente a obra de construcção de nossos homens e não as de demolição [grifo nosso].

(...)

Nossos filhos [grifo nosso], na América, devem aprender a se estimarem e não se desprezarem mutuamente.(...)

(...)

Os povos da America desejam paz.

Que essas palavras sejam ouvidas em todo o Continente. E que a paz se torne duradoura, firmada na educação das futuras gerações [grifo nosso].⁴ (A NAÇÃO, 1933)

Neste trecho, a história é claramente aquela que ensina e constrói, formando as novas gerações. O respeito por outros territórios e o “espírito” de paz e solidariedade deveriam estar presentes no cotidiano dos jovens e não apenas em acordos diplomáticos. Assim, ao ser ensinada, a história participaria da formação dos “nossos filhos”. É preciso lembrar que a utilização freqüente desta expressão aponta para uma notável preocupação com o futuro, com aquilo que a história pode construir para as futuras gerações, com as possibilidades de futuro indicadas pela história. Assim, ela ganha função prática para além do simples aprendizado. Apresenta caráter de utilidade para a ação sobre o presente e o futuro. Ensinar e aprender história se tornam exercícios de reflexão sobre o presente com o olhar voltado diretamente para o futuro. O uso da expressão “nossos filhos” e a recorrente menção à educação e à formação dos homens e das futuras gerações apontam para uma notável relação entre passado, presente e prognósticos de futuro. Assim, projeta-se o papel da história para além do conhecimento do passado e da compreensão do presente. A história projeta um porvir que deve ser construído pelas próximas gerações. Por isso, é aquela que ensina e constrói. Imiscuem-se diferentes tempos na forma como se lê a história da América entre o final do século XIX e o início do século XX no Brasil e na Argentina.

⁴ Idem.

Reinhart Koselleck⁵ demonstra que as visões de história e futuro com o Iluminismo passam a se relacionar a uma idéia de esperança. A partir de então, olha-se para a história a fim de projetar caminhos transformadores para o presente e o futuro. Realiza-se a partir dela prognósticos de futuro e aqueles que não se realizam são, de acordo com o mesmo autor, o futuro passado. Afinal, há diversas maneiras de aquilo que havia sido previsto e planejado não se realizar por razões contextuais, ideológicas, culturais e políticas. Os intelectuais argentinos, membros da *Junta de História e Numismática Americana*⁶, não deixaram de identificar na história a “senhora da vida”⁷ (ANZOÁTEGUI; URQUIJO; MAEDER, 1995: 239). Com este olhar, investiram na pesquisa em arquivos, no trabalho com fontes documentais e na reedição de textos considerados de alto valor histórico. Querendo promover a paz com os países vizinhos diante de um contexto de guerra, procurarão conhecer melhor suas histórias e formações sociais. Foi, portanto, neste contexto e em meio a esta concepção de história que surgiram, nas décadas de 1930 e 1940, a *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia* e as *Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana* e de *Autores Argentinos traduzidos ao Português*.

Koselleck ainda demonstra haver distintas e conflitantes perspectivas de futuro numa mesma época. Isto porque as expectativas de futuro variam de acordo com os lugares sociais ocupados pelos indivíduos e seus interesses para o presente. Ambos os empreendimentos aqui abordados são parte de um projeto que reunia intelectuais e políticos das classes dominantes, ligados à diplomacia, e suas expectativas de futuro. Sendo assim, a exploração trazida pelo colonialismo, os conflitos, a brutalidade da escravidão tenderam a ser apagados de modo que um passado, um presente e um futuro conciliados e pacíficos pudessem vir à tona. Assinado no dia 10 de outubro de 1933, durante os governos de Getúlio Vargas no Brasil e Augustín Justo na Argentina, o convênio teve seu texto oficial publicado pela Imprensa Nacional apenas em 1936. Nele consta a defesa do conhecimento da história do país vizinho para que as futuras gerações

⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

⁶ Fundada em 1893 e transformada na atual Academia Nacional de Historia em 1938, a Junta reunia intelectuais argentinos ligados ao estudo da história e apresentava importante atuação na aproximação entre a intelectualidade latino-americana. Diversos intelectuais europeus também participavam como membros correspondentes.

⁷ Cf. ANZOÁTEGUI, Victor Tau; URQUIJO, José M. Mariluz e MAEDER, Ernesto J. A. (org.). *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 239.

pudessem construir relações de amizade e trocas culturais⁸. Portanto, era fundamental que se apagasse dos textos de ensino de história e geografia itens que propiciassem o conflito entre os países americanos. Mais uma vez, olhar para o passado e escrever a história passam diretamente pela construção do futuro.

Todos os demais países americanos poderiam pleitear participação no empreendimento de *Revisão*, desde que as comissões brasileira e argentina estivessem de acordo com os novos membros. Em 1945 a *Revisão* já incluía intercâmbios culturais e intelectuais com a Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Paraguai, o Uruguai e a República Dominicana. Para a revisão dos textos foram definidas algumas normas nas quais deveriam ser pautados os textos já reescritos. Eram elas: generalidade, ao voltar-se para todos os aspectos do passado nacional; cordialidade, com a retirada de qualquer comentário que degradasse a imagem de povos estrangeiros; solidariedade, conferindo sentido histórico à solidariedade entre os povos; idealismo, ao salientar o desinteresse e a cordialidade da política exterior; americanidade, com iniciativas que formem a consciência americanista; e veracidade, através de sínteses históricas que deveriam se limitar apenas aos fatos, excluindo-se comentários e divagações. Deste modo, a história ensinada contribuiria para a construção de um futuro pacífico e cordial. Suas conseqüências, para além do conhecimento do passado, estão na preparação do futuro.

Cabe ressaltar que a revisão dos textos caminhou de acordo com uma tendência freqüente na Europa após a Primeira Guerra quando se objetivava evitar ou amenizar as rivalidades entre as nações. Segundo informa Emiliano Endrek, em 1919 o governo republicano austríaco decidiu pela valorização do estudo da história dos povos em detrimento dos Estados, das famílias reinantes e de suas guerras. Victor Anzoátegui⁹ demonstra que Ricardo Levene, intelectual argentino membro da *Junta de História e Numismática Americana* e muito atuante na assinatura do convênio com o Brasil, tomou conhecimento nos anos de 1920 das revisões que então se desenvolviam na Europa a fim de evitar incitações de violência que teriam contribuído para a Primeira Guerra. Acreditamos, como já sugerimos anteriormente, que em períodos de guerras cresce o interesse pelo conhecimento da história com a função de pacificação do

⁸ Cf. *Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia*. Ministério das Relações Exteriores. RJ: Imprensa Nacional, 1936. Convênio Brasil – Argentina para a revisão dos textos de ensino de história e geografia. (1933-1937). Conferências, Congressos e Acordos Internacionais. Acervo: Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹ ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano*. Academia Portuguesa de História. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994. p. 705-719.

presente e do futuro. Foi nos escombros da Segunda Guerra que Lucien Febvre¹⁰ se propôs a pensar o que é a Europa e seu processo de construção política e ideológica. Assim, Febvre olhou para o passado a fim de explicar a guerra, o trágico presente que ele e seus contemporâneos experimentavam. Em sua opinião, a Europa precisava se unir para responder às problemáticas do medo e da alteridade que a envolvem. Portanto, a história adquire papel de explicação do presente e esclarecimento de possibilidades para a construção do futuro. A história ensina e constrói alternativas à violência e aos conflitos do presente. O olhar sobre a história se apresentava, então, envolvido por uma múltipla temporalidade.

Foi em meio ao desenvolvimento dos trabalhos de revisão dos textos que Ricardo Levene, então presidente da *Junta*, visitou o Brasil em 1936. Aqui se empenha ainda em negociar um outro importante empreendimento que favorecia os diálogos intelectuais entre o Brasil e a Argentina acerca da escrita da história: a *Biblioteca de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana*. Iniciada em 1937, suas bases foram definidas a partir da estadia de Levene no Brasil entre os meses de julho e agosto de 1936. Seguindo na mesma direção, Affonso Taunay, em nome do Itamaraty, anuncia que também seria incentivada no país a criação de uma *Biblioteca de Autores Argentinos traduzidos ao Português*. Ficou decidido que as primeiras obras traduzidas seriam *Historia de la Civilización Argentina*¹¹ de autoria do próprio Levene e a *História da Civilização Brasileira*¹² de Pedro Calmon. Dariam continuidade às traduções obras de Bartolomé Mitre, Ruy Barbosa, Ramón Cárcano, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha, classificadas como de caráter literário, histórico e sociológico. O objetivo da iniciativa Argentina que inspirou os intelectuais brasileiros era traduzir obras com fins pacifistas nas áreas de História, Ciências, Geografia e Letras para serem distribuídas entre as Bibliotecas Públicas e os professores argentinos dos ensinos primário, secundário e universitário. Lembremos que, segundo Carlo Ginzburg¹³, a produção do conhecimento se dá inserida num processo de circulação cultural e de idéias entre pares nacionais e estrangeiros. É, portanto, através de um processo de produção dialógica do conhecimento que estes intelectuais se empenham no estudo da história do país vizinho.

¹⁰ FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. SP: EDUSC, 2004.

¹¹ LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938. Tradução resultante deste empreendimento e se encontra depositada na Biblioteca do Itamaraty.

¹² CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. RJ: Editora Nacional, 1937.

¹³ GINZBURG, Carlo. *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*. SP: Companhia das Letras, 2004.

Por fim, podemos dizer que estes empreendimentos intelectuais simbolizavam uma tentativa de ruptura com o isolamento interno da América Latina. Isto de modo a envolver um olhar sobre o passado e a história marcado pelas idéias de pacifismo e cordialidade. Percebemos aqui uma teoria da história marcada pelo presente ou, melhor dizendo, pela multitemporalidade resultante de um estudo do passado elaborado diante das demandas do presente – pós Primeira Guerra – e dos projetos de um futuro a ser construído pelas próximas gerações. A *Revisão* e a formação das *Bibliotecas* ilustram a tentativa de concretização destas idéias, seja ela bem sucedida ou não. Cabe ainda destacar que, em especial no caso das *Bibliotecas*, estes empreendimentos representavam uma ampla projeção latino-americana. Afinal, ao serem traduzidas ao castelhano as obras brasileiras se tornavam acessíveis a um público bem maior que o argentino. Além disso, objetivava-se que o estudo da história pudesse ser difundido para um público mais abrangente que o de especialistas, intelectuais e pesquisadores. Era preciso que a história se tornasse acessível a leitores comuns, parte de seus cotidianos e aplicável na compreensão do presente e na elaboração de prognósticos de futuro. Robert Darnton¹⁴ fala da relação existente entre o que se lê e a compreensão produzida de acordo com o contexto histórico e social experimentado por quem lê. Portanto, as traduções e revisões por nós abordadas podem ser entendidas como parte de um projeto de construção da “americanidade”, da cordialidade, do pacifismo e da auto-qualificação dos países latino-americanos a partir da história. Passam, deste modo, a formar parte da educação das futuras gerações. Ressaltamos que, neste sentido, a história ensina e constrói. Ajudaria, assim, a construir um porvir menos intolerante e conflituoso. Prognóstico de futuro que, como sabemos, não se confirmou.

Fontes:

Callen personas cuando hablen pueblos. Jornal *A Nação*, 11 de outubro de 1933.

Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia. Ministério das Relações Exteriores. RJ: Imprensa Nacional, 1936. Convênio Brasil – Argentina para a revisão dos textos de ensino de história e geografia. (1933-1937).

CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. RJ: Editora Nacional, 1937.

¹⁴ DARNTON, Robert. *A leitura rousseauista e um leitor “comum” no século XVIII*. In: CHARTIER, R. (org). *Práticas de Leitura*. SP: Estação Liberdade, 1996. p. 143-175.

LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. RJ: Of. Graf. de A Noite, 1938.

Bibliografia:

ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Ricardo Levene y la Biblioteca de Autores Brasileños traducidos al Castellano*. Academia Portuguesa de História. IV Congresso das Academias de História Íbero-Americana. V. II. Lisboa, 6 a 13 de novembro de 1994.

ANZOÁTEGUI, Victor Tau; URQUIJO, José M. Mariluz e MAEDER, Ernesto J. A. (org.). *La Junta de Historia y Numismática Americana y el movimiento historiográfico en la Argentina (1893-1938)*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1995.

CHARTIER, R. (org). *Práticas de Leitura*. SP: Estação Liberdade, 1996.

FEBVRE, Lucien. *A Europa: gênese de uma civilização*. SP: EDUSC, 2004.

GINZBURG, Carlo. *Nenhuma Ilha é uma Ilha – Quatro visões da literatura inglesa*. SP: Companhia das Letras, 2004.

HAROCHE, Claudine. *Des formes et des manières en démocratie*. Raisons Politiques, n. 1, février 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

KOUBI, G., GUGLIELMI, G., et al. (org.). *L'égalité des chances*. La Découverte, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres: La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Éditions du Seuil, 1989.